



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMH
GESTÃO 2007/2009

Data da Reunião: **19 de Março de 2008**

Local: Pátio do Colégio

No dia 19 de março de 2008, às 14:00 hs., reuniram-se nas dependências do Pátio do Colégio, 184, Auditório Espaço da Cidadania, Centro – São Paulo, para a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação do Biênio 2007/2009, cuja convocação contou com os vários membros do Conselho. É dado início pela Sra. **Sra. Elisabete** – O 1º ponto da pauta é a aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária, realizada no dia 16/01/08, (**A Ata foi aprovada por unanimidade**). O 2º ponto da pauta, o nome formal do Programa Pró-Centro é Programa de Reabilitação da Área Central da Cidade de São Paulo e a EMURB é o órgão executor do Programa, entre 2002 e 2003 a Prefeitura começou o estudo junto ao BID, para tentar montar um termo de referencia porque seria um contrato de empréstimo do BID para essas ações na área central. Em 2004 foi assinado esse contrato, então o programa tem a finalidade de promover o desenvolvimento social e econômico, com diversidade, na área central da cidade, o financiamento é de 100 milhões e 400 mil dólares e a contrapartida local de 67 milhões de dólares, o papel da EMURB é de coordenar e apoiar toda a ação dos sub-executores. **Sr. Paulo Romeiro** – POLIS - a única coisa que ficou faltando, do PROCENTRO, é um detalhamento maior das ações na área habitacional. **Sr. Sidney** – se fala muito na Nova Luz, mas com intuito da nova sede da Subprefeitura Sé, da PRODAM, e a gente não estão sabendo claramente ainda quanto de moradia vai se construir olhamos lá e 1% ficou com a SEHAB, por quê que diminuiu tanto esse valor? **Sra. Marly** - Quais são os distritos que compõem a área central, os objetivos prioritários desse programa, as ações que estão sendo feitas com esse objetivo? Queria focar um pouco na questão que o Centro está esvaziado e como é que esse repovoamento está sendo pensado. **Sra. Rosilene** – Se nesse programa contempla também essa parte da HIS também uma população mais da classe média, ou classe média baixa. **Sr. Rubens** - do HIS da Nova Luz, hoje, são aqueles terrenos estão sendo desapropriados, com recurso da Operação Urbana Centro, os projetos foram desenvolvidos pela EMURB e CDHU, estão sendo licitadas pelo CDHU as obras, os 2 prédios são 172 unidades, se não estou enganado, na Nova Luz, estamos desenvolvendo um trabalho, de uma minuta de projetos de lei, de concessão urbanística daquele terreno para a iniciativa privada poder implantar o plano urbanístico, aquela área vai ter o que a legislação hoje impõe, 40% de HIS, 40% de HMP e 20% de uso livre, vou deixar claro, em nenhum momento faltaram recursos para nenhuma Secretaria, a EMURB é a gestora do Programa e ela é o contato com o BID, a demanda vem das Secretarias, responder a Marly: as áreas são os Distritos Sé e República, o Programa de Incentivo Nova Luz, teve a sua 1ª fase de incentivos para empresas de serviços, foram empresas que se habilitaram junto a um edital, mostrando suas propostas de investimento. **Sra. Elisabete** – Não tinha sentido que além do dinheiro do BID para a CDHU, que são 70 milhões de dólares mais a contrapartida, a Prefeitura também tomasse dinheiro para o tema habitacional, acertamos e hoje isso está funcionando, da gente focalizar na questão do Programa de Cortiço, que já foi explicado, apresentado aqui na reunião passada. **Sr. Flávio** - Um esclarecimento, você abordou ou sugeriu uma ação que envolve a apuração, eu gostaria de conhecer um pouquinho mais, qual é a brevidade desse edital, se já está para sair ou se ainda demora muito. **Sr. Rubens** - Prevê 1º, quaisquer empresas ou habitações que são localizadas lá, já tem um incentivo, de 50% no seu IPTU, 2º, quaisquer empresas que estão lá já tem uma redução de ISS em 60%, o edital foi só para empresas, podendo abaixar esse ISS a zero, como empresas de telemarketing, onde o ISS é um fato pesado e realmente foi um sucesso, foram 23

empresas que se habilitaram, propondo investimentos da ordem de 750 milhões de reais e 26.000 novos empregos. **Sr. Sidney** - é muito pouco 176 unidades, eu continuo achando que infelizmente o dinheiro do BID é mais para valorização da área do que para construção de habitação de HIS nesse perímetro da Nova Luz. **Sr. Paulo** - Se é possível detalhar quais os critérios para essa concessão urbanística. **Sra. Elisabete** - O Rubens e sua equipe também ficam à disposição na Líbero Badaró, 16º andar para atender e esclarecer dúvidas. Em relação à Habitação, obviamente no 11º andar da Líbero Badaró, a SEHAB, HABI. **Sr. Rubens** - Estamos terminando agora no dia 30 de março o Plano Urbanístico da Nova Luz, feito pela EMURB, junto com várias Entidades da Sociedade Civil, devemos estar entregando isso no final de março. **Sra. Violêta** - Vamos fazer uma apresentação breve sobre essa legislação estadual, é conhecida como a Lei Específica da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais do Guarapiranga, é a Lei 12.233/06, com seu Decreto Regulamentador Estadual 51.686/07, a pedido aqui do Conselheiro Edmundo, vamos fazer uma apresentação das características dessa Legislação. Vocês têm a Lei anterior, a 898 e a 1172 que eram para os mananciais metropolitanos, depois a gente passa pela 9866 em 97 e estamos já muito próximos também de ter a Lei da Billings, a Minuta já passou pelo CONSEMA. **Sr. Elton** - Queria informar que estamos num processo de licitação, a 1ª fase já acabou das novas empresas que vão fazer os novos lotes de urbanização na Guarapiranga e elas devem apresentar seus preços no dia 07 de abril e nossa esperança é que sejam contratadas essas obras até dia 30 de abril. **Sr. Edmundo** - Solicitei na reunião passada que fizesse uma apresentação por conta das dificuldades de se aprovar os novos empreendimentos habitacionais na região da Guarapiranga. O nosso, do Crédito Solidário, está lá há 2 meses e não analisam, o DUSME recebeu nosso projeto, nosso laudo ambiental, tem as diretrizes do saneamento e de água e esgoto aprovado pela SABESP, é importante termos esse Projeto aprovado, é importante para a Caixa Econômica que também não está conseguindo viabilizar os Créditos Solidários, é importante para o Governo do Estado que entrou com a parceria na contrapartida, e estamos com essa dificuldade no DUSME, que não analisa o Projeto. **Sra. Elisabete** - Minha sugestão Edmundo é que você encaminhe, dê o número do Processo para a Violêta que ela é Representante da Prefeitura no Conselho da Guarapiranga e encaminha a sua reclamação formalmente via Subcomitê da Guarapiranga. **Sr. Paulo** - A Violêta colocou a necessidade dos Planos Diretores dos 6 Municípios que compõem a Bacia da Guarapiranga de se adequarem a Lei de Recuperação e Proteção dos Mananciais no caso da Lei Específica da Guarapiranga a pergunta é, se nessa revisão que foi encaminhada para a Câmara Municipal do Plano Diretor se há essa compatibilização, se está sendo feita ou não porque a gente sabe que o Estado já mandou para a Prefeitura os Ofícios requerendo essa compatibilização. A outra pergunta é sobre a Operação Defesa das Águas, se elas estão sendo realizadas no âmbito do Programa de Recuperação de Interesse Social, e aí a solicitação que, se pudesse ser disponibilizado para os Conselheiros quais são as ações desses Programas. **Sr. Henrique** - Aproveitando a fala do Edmundo, estamos tendo um Seminário conjunto lá da Prefeitura, a CDHU, Caixa que agora à tarde inclusive está se discutindo a aprovação dos Projetos Sociais, Crédito Solidário, o PAR, só queria aproveitar, como tem esse Fórum em discussão, ficamos de levantar aqueles que estão com pendência e levar amanhã para conseguir otimizar esses casos e a partir dessa otimização, estabelecer um padrão, gostaria de saber o que tem previsto para construção de habitação popular este ano e os valores que tem, ou liberados ou em via de liberação, **Sra. Violêta** - Paulo, em relação à compatibilização do Plano Diretor transformando, se você não tiver uma ZEIS, você não pode fazer um plano de recuperação de interesse social, conforme preconizado no decreto 51686/07, então claro que tem essa preocupação, só que ainda não foi encaminhado porque foi encaminhada a 1ª parte de revisão da Lei geral e não dos planos regionais. **Sra. Elisabete** - Sobre a operação Defesa das Águas, ela não tem como finalidade remover pessoas Paulo, e sim para proteger os nosso mananciais, Billings, Guarapiranga e Cantareira, é uma série de intervenções no sentido de não permitir a construção de novas unidades habitacionais em áreas nas margens da represa, com a região, toda a beira da represa será desapropriada ali no Guarapiranga, na Robert Kennedy para se transformar numa área pública, as remoções que ocorreram ali no Jardim Gaivota foi uma ocupação recente, 40 famílias, essas foram as únicas remoções que ocorreram, só lembrando que dentro do Programa dos Mananciais que foi apresentado na semana passada,

vamos intervir em 88 núcleos de baixa renda na região dos mananciais incluindo Guarapiranga e Billings, isso abrangendo 60.000 famílias de baixa renda, a intervenção da Prefeitura, que são os PRIS, as áreas que tem uma ocupação que acarreta prejuízo ambiental para a represa, vão ser objeto de intervenção, fora as outras 120 que já foram dentro do Programa Mananciais, é bom que a gente separe, existe lá uma intervenção que é Defesa das Águas, que é de não ocupar a beira da represa, ou áreas que podem ir para o chão, outra é o Programa dos Mananciais que é um Programa de intervenção para famílias de baixa renda. **Sr. Elton** – quanto a tua pergunta sobre a quantidade de moradias e valor de investimento, a Secretaria de Habitação priorizou a urbanização de favelas, as unidades, em geral, estão sendo construídas nas próprias urbanizações, hoje nós temos mais ou menos 6.000 unidades já construídas e até o final do ano nós iremos chegar a 10.000 unidades construídas nos grandes programas de urbanização. A Secretaria de Habitação nesses últimos 30 dias assinou mais ou menos 500 milhões de reais de contratos para urbanização de favelas e regularização de loteamentos irregulares e mais os mananciais que eu já citei, os valores são mais altos, são 850 milhões. **Sra. Violêta** –Vamos fazer um receso de 15 minutos para as inscrições dos Conselheiros nos grupos que forem formados, houve a Reunião da Comissão Executiva no dia 29 de fevereiro, foram apresentados os GTs o GT1 era a revisão da Lei Federal 6766, para analisar o PI 3057, o GT 2 era a revisão do Plano Diretor Estratégico e da Lei de uso do Solo, o GT3 era a remuneração paga pelo Fundo Municipal de Habitação, o GT4 era acompanhamento de projetos, o GT5 era o grupo que fazia visitas ao empreendimento e nós propusemos a formação de um novo GT que seria Análise e aprimoramento da regulamentação da zonalidade de mutirão associativo, o Centro Belas Artes pleiteou por carta a coordenação desse GT 07 que seria de desenho urbano, as Oficinas e verificar quais seriam as possibilidades de se fazer cadeiras, modificar cursos na área, criar cursos tanto na graduação como na pós-graduação. **Sr. Edmundo** – acho que deveria ter uma certa composição por grupo. **Sr. Sidney** - eu gostaria de perguntar, dentro do Plano Estratégico de Habitação se está contemplada a questão da região central. **Sr. Luís** - em relação ao Suplente, se o Titular entra se já o Suplente estaria nesse grupo também. **Sr. Martinho** - Uma dúvida, o Carrara colocou a questão do Suplente participando e a Violêta colocou que já existe uma reivindicação do Grupo Especifico para o GT 7. E se possível, como nós não participamos da reunião da Executiva que discriminou os grupos, a gente entender melhor qual o papel de cada grupo. **Sr. Caio** – se o Plano Municipal de Habitação é o Plano Estratégico de Habitação, no caso, e se essa Comissão seria já o GT. **Sra. Marly** - me preocupo com a representatividade, acho que o próprio grupo que tem que eleger a coordenação. **Sra. Elisabete** - dos debates, eu acho que é importante levar a consideração da Marly da paridade dos 3 setores, Em relação a pergunta do Caio, a idéia quando foi discutido na Comissão Executiva do Plano Estratégico não tinha solicitação de voto, é óbvio que se cria um GT para discutir o Plano Estratégico, vai se discutir o Plano Estratégico, acho que se já tem o GT, quem solicitou voto que foi uma solicitação do Movimento poderia, para facilitar aqui a nossa vida, considerar que ele estaria contemplado nesse grupo. **Sr. Elton** - Eu teria como proposta que os grupos fossem compostos de 2 membros de cada setor. **Sr. Nabil** - 9 pessoas por grupo, no máximo, não é um número exageradamente alto e garante que o grupo funcione. **Sra. Elisabete** - O Plano Estratégico da Habitação é para a cidade toda, o boneco dele está pronto e nós temos que mandar até o 2º semestre para a Câmara. **Sr. Nabil** - a habitação na área central deve ser objeto de um trabalho específico? Eu acho que essa é a questão que me parece que pela importância dela, que fosse proposto um grupo específico para o centro. **Sr. Marco Antônio** - se você notar a necessidade futura de abrir um grupo específico, isso vai ter que ser colocado pelos Coordenadores e trazido ao Conselho eventualmente. **Sr. Edmundo** - Só queria relembrar a decisão da Comissão Executiva, que ao criar o grupo Plano Estratégico de Habitação, criar-se-ia dentro desse grupo uma Comissão que ficaria responsável pela discussão, sobre a questão da habitação na área central. **Sr. Sidney** - gostaria que os companheiros ponderassem e criassem mais um grupo para a questão do centro. **Sra. Elisabete** - a criação é uma decisão do Conselho. **Sr. Elton** - **O Conselho delibera a criação de um novo grupo para estudo da habitação na área central.** 5 votos contra. Ok, **aprovado.** Não tem abstenção. Vamos estabelecer a questão da paridade e mínimo de 2 membros de cada setor e o máximo de 3 então, Todos concordam, então podemos partir para as inscrições

nos grupos que se dará do lado externo aqui da sala. Temos a solicitação de voto 002/2008, isso já foi deliberado que ele estaria incluso nos Grupos de Trabalho aprovados anteriormente, então considero que esse assunto está superado. Alguém tem alguma coisa a se manifestar? Então vamos prosseguir a pauta. O Item VI é a solicitação de voto 003/2008, a proposta é a de constituir uma Comissão Especial para avaliar a retomada de construção do Empreendimento Habitacional denominado São Vito. **Sr. Luís** - A localização desse edifício está ao lado da Av. do Estado, bem do lado do rio e bem em frente ao Mercado Municipal, no Parque Dom Pedro. Esse edifício foi construído em 1959 pela Construtora Zarzur e Kogan, a área do terreno do São Vito são 784 m² e o Mercúrio 300, área construída dá aproximadamente 21 mil m² o São Vito, e o Mercúrio aproximadamente 8 mil m². O térreo e a sobreloja são de uso comercial. O São Vito tem 600 unidades habitacionais que variam entre 25 a 30 m² e o Mercúrio 138 com uma média de 36 m², a reforma do Edifício São Vito não exige grandes investimentos nas estruturas, O custo feito pelo escritório para a reforma é de, na época em 2004, conforme eu pude ver, de 11.991.104 que estava próximo do limite do PAR, então teria que ser uma demolição da forma mais tradicional, isso com certeza vai mais de 7 meses de demolição, então estamos pensando o caos urbano que estaria gerando, estaríamos diminuindo 738 unidades de um dia para o outro, a grande maioria dos moradores dali trabalham na região central, e hoje, principalmente os proprietários estão numa situação bastante complicada porque eles tinham uma expectativa de voltar, então temos uma situação social. O que a gente coloca é da importância de estar formando um grupo para poder estar discutindo, avaliando com mais dados, com mais precisão, tecnicamente, socialmente se fizéssemos o custo da demolição reprodução de habitação, o local teria o m² talvez mais caro do mundo, a proposta é formar uma Comissão, um Grupo Especial, mas que tem que ter realmente um poder de discussão, a validade técnica tem que prevalecer. **Sr. Nabil** – queria solicitar um esclarecimento por parte da COHAB e da SEHAB que seria quais são os encaminhamentos que estão sendo feitos em relação ao São Vito. **Sr. Balbino** – eu **pediria ao Secretário que viessem na próxima reunião com todo esclarecimento dos mutirões que vocês vão começar a liberar.** **Sra. Maria Izilda** – o Nabil acabou encaminhando de forma correta, o desejo da gente ouvir a Prefeitura na questão do São Vito e aí sim abrir debate para que a gente aprecie a matéria. **Sr. Elton** – esse Conselho aqui é democrático e está sujeito ao voto de vocês decidirem se querem formar uma Comissão para reestudar uma questão que já foi estudada pela COHAB por 3 anos ou não, então vamos colocar em votação, se vocês acham necessário que se traga os estudos que nós temos para o São Vito aqui para o Conselho. É economicamente inviável, porque as unidades sairiam mais de 80.000 reais cada uma. **Sra. Elisabete** - temos estudos do laudo, e que o preço da unidade não atenderia a classe média, e além disso, nós fizemos outros tipos de estudo, no Baronesa de Porto Carrero, que mostravam que a estrutura estava ótima, etc. e tal, só que quando começou a construção, afundou a estrutura e a unidade em reforma custa 90.000 reais sem o valor do terreno, estamos subsidiando mais de 100%, então o São Vito tenderia a acontecer isso e portanto, por decisão que deixaria de ser Habitação de Interesse Social. No caso do Olarias por exemplo, o elevador é um fator que inviabiliza a locação social, que as pessoas não têm como pagar condomínio, mas 40% da estrutura comprometida em um prédio de 30 andares, para 700 famílias, quem é o administrador público que vai assinar isso embaixo? É muito complicado, se pegar fogo, não sobra nem carteira de identidade. **Sr. Luiz** – Primeiro que a estrutura não foi apresentada 40%, é uma interpretação distorcida. **Sra. Elisabete** – Não a estrutura, os pilares. **Sr. Luiz** – Os pilares de qualquer prédio, se você fizer uma avaliação estrutural, estou dizendo como engenheiro civil, esse resultado não é diferente, de qualquer um que foi reformado, quando vocês colocaram o exemplo do Baronesa Porto Carrero, acho que é bom explicitar são apartamentos grandes, era um terreno da Prefeitura que uma pessoa construiu há uns 50 anos atrás, venderam, as pessoas tiveram problemas, numa área que era do Rio Tietê acho que tem que debater em cima de dado certo e também acho que necessariamente não precisa pôr quem tem 1 salário mínimo num projeto desses. **Sr. Nabil** – É um assunto que merece uma discussão profunda, pública, até para implodí-lo e demoli-lo, se for essa a decisão, tem que estar respaldada por um processo público de discussão. 80.000,00 vamos avaliar se é isso mesmo, que seja, existe muita habitação popular, em 2001 esse valor estava aproximadamente R\$60.000,00, mais o terreno, eu

não acho que esse preço deve ser um preço de habitação, mas estou dizendo que existem muitos exemplos de habitação em grande escala, implantar o Cingapura não foi uma coisa de pequena escala que custou isso, sem a vantagem da localização e aí vamos tratar de uma outra questão que também é bastante importante que diz respeito à questão do Centro, porque o São Vito é um exemplo de “N” prédios que vão estar nessa mesma situação, não é um caso isolado, acho que aponta a necessidade de se aprofundar o debate, tem que ter uma discussão mais ampla e acho que justifica criar esse grupo, é necessário para qualquer decisão que venha a ser tomada, existem centenas de prédios nessa condição, tem aqui na Rua Paim, na Av. São João, tem uma série de edifícios que tem unidades pequenas, que foram produzidos nos anos 50 e que vão apresentando gradativamente grau de obsolescência e é de interesse público fazer com que isso seja reincorporado com qualidade no ambiente da cidade. **Sr. Ricardo** – acho que seria interessante a gente ver isso, a importância de ver o São Vito mas não colocando assim: com esse custo está inviável, e com relação ao Baronesa, o que me consta, houve sim uma mudança, acho que a Construtora, por conta própria executou na demolição e que gerou um problema estrutural. **Sra. Elisabete** – Só queria esclarecer o seguinte, essas obras que a gente vem abordando aqui, mutirões e outras complementações, fazem parte daqueles conjuntos de obras que estão paradas, com problemas, as novas unidades habitacionais que nós construímos, se limitam ao que nós achamos que deve ser um HIS, nós não estamos construindo, dessas 10.000 unidades que o Secretario falou, nenhuma acima de R\$50.000,00, os estudos, os dados estão abertos a quem quiser conhecer, das 10.000 unidades das urbanizações não passam de R\$50.000,00 até criou-se um grupo de trabalho para os custos porque a gente sabe que em uma unidade que você gasta 90, significa que 3 vão ficar sem unidades, esse Conselho é formador de política pública, tudo bem, estava lá o Baronesa todo caído, os próprios que estavam lá, ninguém perguntou para eles, já tinham comprado, mas quando você investe 90.000 do Fundo Municipal de Habitação, 20 unidades, você está deixando de construir outras unidades, como Conselho temos que pensar nisso. **Sra. Marly** – os estudos que a COHAB fez do São Vito, poderiam ser apresentados? **Sr. Elton** – Poderão ser apresentados sem problema nenhum. **Sra. Marly** – acho que nós temos que aprovar essa Comissão e esses estudos da COHAB serem apresentados para o Conselho, ou já traz aqui para o Conselho os estudos para todo mundo tomar conhecimento, para repovoar o Centro é necessário subsídio, os custos do transporte e também o custo generalizado da hora do trabalhador que trabalha no Centro e tem que se locomover 4 horas para vir, 4 para voltar, porque se um dos objetivos é repovoar o Centro, o projeto não estava respondendo ao objetivo, fico me perguntando: será que alguém quer repovoar o Centro de verdade? Se for para repovoar, precisa subsidiar, quanto? Esse subsídio cobre a economia que vai fazer dos custos de urbanização na periferia ou não? **Sr. Martinho** – acho que a vontade política demanda de um grande debate, a gente poderia pensar em discutir lá a região como um todo. **Sr. Parra Parra** – dá para se ver que existe um interesse em instalar essa Comissão para fazer um estudo ampliado, aproveitando esse estudo que existe e ampliar a discussão, então não sei porque não votar. **Sr. Walter** – já existem estudos que mostram que esse investimento não é um investimento viável, porque os recursos do Fundo são finitos, e o quanto valeria a pena a gente pensar, o objetivo é estar falando de prédios no Centro, de moradia subsidiada no Centro, eu acho legítimo, por mais que esse estudo já foi feito e já foi comprovada uma inviabilidade econômica e não social, tratando com o recurso do Fundo que é finito, se a gente contar o Mercúrio, mais o São Vito, a reforma, a desapropriação, mais uma série de coisas, acho que cabe uma apresentação. **Sr. Elton** – a Prefeitura tem o entendimento que com o programa de requalificação urbana, aquela região em torno do Mercado precisaria sofrer toda uma intervenção, porque a moradia popular ali no São Vito, pelo seu custo e pela interferência que ela geraria no Programa de Reorganização do Parque Dom Pedro, e não seria compatível, de qualquer forma, os investimentos da Prefeitura e do BID, ao longo dessa gestão, trouxeram para o Centro de São Paulo, investimento da iniciativa privada, esses investimentos que não são em habitação, eles acabam revertendo com a iniciativa privada, em habitação, então a essência do processo, do investimento está sendo mantido. **Vamos colocar em votação**, temos 36 votantes, 7 votos contra. Está **Aprovada a formação da Comissão**. **Sr. Nabil** – Eu proporia que essa Comissão tivesse um prazo de funcionamento, daqui até a próxima reunião, que ela analisasse as

planilhas, projetos, verificassem as interpretações inclusive e a gente voltasse na próxima reunião do Conselho para aprofundar a discussão. **Sra. Elisabete** – Creio que é o modelo da Comissão que nós já aprovamos na paridade, entre os 3 setores, mínimo de 6 e máximo de 9, tudo bem, de Lei específica, mas se você botar 48 Conselheiros analisando planilha, ela não vai chegar a uma proposta para se trazer ao Conselho como o Nabil está propondo. Pode ser 3 representantes de cada setor. Tem uma última solicitação de voto que o Waltinho vai apresentar, é a solicitação de voto nº 4. **Sr. Walter** – é sobre o conjunto 4º Centenário, a solicitação é no tocante a autorização para realização de despesas com recursos do Fundo para viabilizar a contratação de serviços de manutenção e reposição de itens de obra de infra-estrutura pública, com base de determinação de RESOLO como requisitos para regularização do empreendimento, é uma solicitação de um voto simples para que o Fundo possa autorizar essa obra, que é do Fundo Municipal de Habitação para poder ter um processo de regularização, então eu queria colocar em votação. **Sra. Elisabete** – é ali na Rua do Autódromo, tem um Cingapura do lado, é o Cingapura Autódromo, depois tem outro Cingapura e foi feito umas casas de mutirão que é da Irmã Augustinha que ela já há mais de 15 anos reivindica no fundo que a gente conclua essas obras para futura regularização fundiária, **Sr. Paulo** – seria interessante que a gente tivesse acesso, como Conselheiro, a todas as obras planejadas em relação ao Fundo, aos recursos, o que está sendo pensado para o futuro para a gente ter uma idéia global daquilo que a gente está votando no miudinho. **Sra. Elisabete** – Paulo, você está fazendo uma proposta de pauta para a próxima reunião, imagino que é isso, a pauta do Conselho é montada pelos Conselheiros, o Movimento enviou 2 solicitações de voto. **Sr. Mário** – Só para esclarecer Elisabete, você quando falou do autódromo, é uma verba que a gente aprovou na reunião passada e esse agora é do 4º Centenário, são bairros diferentes. **Sra. Elisabete** – Desculpa, é 4º Centenário, você tem toda razão. **ponto 7, voto 004 é colocado em votação e aprovado os R\$150.000,00 para o 4º Centenário.** **Sr. Nabil** – O que se propõe aqui com o voto nº 2, a discussão desse tema é que o Conselho discuta um processo de elaboração do Plano Municipal de Habitação, tenha conhecimento do processo, do diagnóstico e que se pense numa metodologia de participação, que não se limita necessariamente um Grupo de Trabalho, deveria envolver plenárias regionais, mas nesse momento acho que plenárias regionais e discussões específicas com os vários segmentos sociais seria importante para que o plano pudesse no processo de sua elaboração, poder conter a participação da sociedade de uma maneira mais ampla. **Sra. Elisabete** – Ele deve ser apresentado em proposta à discussão, de como montar as Plenárias regionais, etc., isso é trabalho da Comissão, eu imagino que a Comissão tenha esse objetivo. Só gostaria de esclarecer que o Plano já está sendo trabalhado há 1 ano e meio e que tem um montão de dados, etc., que nós não podemos perder. **Sr. Nabil** – isso é importantíssimo, agora também é importante enriquecer com o processo de participação, então acho que poderia já deixar definido que esse grupo de trabalho tem já como incumbência, trazer para a próxima reunião do Conselho um cronograma e uma proposta de participação do Conselho e da sociedade no processo de elaboração do Plano e depois de discussão. **Sra. Solange** – o Presidente da COHAB diz que está fazendo estudos de 174 unidades, eu queria saber à respeito desse estudo, porque já faz 3 anos que o estão fazendo, a proposta é que a gente também poderia fazer uma Comissão para ajudar nesse estudo. **Sra. Elisabete** – Solange, só lembrando que tem um grupo de Trabalho criado: Mutirões. **Sra. Solange** – então, provavelmente poderíamos agora a pensar nisso. **Sra. Elisabete** – acho que essas questões podem ser esclarecidas no âmbito desse grupo. A gente pode propor que entre na pauta da próxima reunião, só que me parece que o Grupo que já vai trabalhar na semana que vem, já vai começar a esclarecer isso. **Sr. Martinho** – eu queria perguntar quando é que vai ser discutida a questão das indicações por sugestão de áreas para desapropriação para habitação de interesse social, e o outro ponto é a questão do Programa PAR, eu gostaria de nomes, também dos outros Conselheiros que não têm, da COHAB disponibilizar o acesso dessa senha para a gente poder fazer indicação de demanda. Indicação de áreas para desapropriação para área de HIS. Eu gostaria de fazer a minha indicação, mas **gostaria que isso fosse aberto na próxima reunião** para quem tivesse esse estudo ou analisado durante esse período que quiser fazer sugestão. **Sra. Elisabete** – A gente pode anunciar aqui no Conselho que estão abertas as indicações para a desapropriação de área de HIS, isso pode ser feito imediatamente, para quem

estiver interessado, não só para o Conselho, mas qualquer pessoa que tenha conhecimento, por favor, procure o Walter na COHAB ou a Márcia na HABI, quanto à senha isso também pode ser facilmente resolvido, amanhã conversamos e disponibilizamos, você mesmo pode nos ajudar indicando quais são as pessoas que querem as senhas. **Sra. Violêta** – só para consignar as ausências justificadas dos Conselheiros Rogério Galharde da Caixa Econômica Federal, da Conselheira Mônica Bueno Leme do Centro Universitário Belas Artes e da Conselheira Evaniza Rodrigues, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1, ficam consignada as ausências justificadas lembrando que hoje é a nossa 2ª Reunião, a 3ª falta injustificada tem uma penalidade regimental de perda de mandato, então todo mundo que se ausenta da reunião, por favor, comunicar com antecedência, obrigado. **Sra. Elisabete** – a Secretaria Executiva vai organizar as instruções no grupo, convocará as primeiras reuniões, a partir daí, o grupo de trabalho passa a ser autônomo, elege seu coordenador e marca as suas reuniões. Queríamos mais uma vez agradecer a Secretaria de Assuntos Jurídicos, a Secretaria do Estado da Justiça pela cessão pela gestão do espaço. Agradece e encerra a reunião.